

## O Novo na sua Face Sombria: um balanço das análises sobre a ascensão da extrema direita no Brasil atual

Patrícia da Silva Santos<sup>1\*</sup>  
Ricardo Pagliuso Regatieri<sup>2\*\*</sup>

### 1. Introdução

A eleição de Jair Bolsonaro em 2018 impôs uma tarefa complexa e espinhosa às ciências sociais brasileiras: não só compreender a atuação das forças sociais que permitiram a ocupação da presidência do país por uma figura tão improvável e controversa, como também caracterizar a natureza dessas forças e de seu governo. Tratar-se-ia de um governo (neo)fascista? Ou do bom e velho autoritarismo brasileiro encarnado numa figura bizarra? Que mudanças tiveram lugar no Brasil nos últimos anos desencadeando uma passagem vertiginosa de um governo de esquerda moderado para um governo radical de direita? Bolsonaro somente pode ser compreendido como resultado de processos muito mais abrangentes, tanto do ponto de vista temporal, como geográfico e, evidentemente, levando em conta nexos coletivos. De modo que a pergunta em relação à eleição do presidente se desloca para as questões relativas às tendências sociais, tanto circunstanciais como históricas e globais, que estão em jogo no momento político contemporâneo.

Tudo isso requer um grande esforço intelectual, que vem sendo gestado de maneira a cobrir diversos aspectos do que está sendo denominado *bolsonarismo*: os grupos sociais que servem de suporte ao projeto da extrema direita no poder, a comparação entre a extrema direita brasileira e os movimentos autoritários que angariam espaço em outras partes do mundo, o papel das crises econômicas

---

1\* Professora da Faculdade de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará (UFPA).

2\*\* Professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

iniciadas em 2008 na ascensão contemporânea de soluções autoritárias, a relevância dos meios técnicos de comunicação na disseminação das ideologias extremistas, as semelhanças e diferenças entre o momento atual e outros períodos brasileiros em que a direita radical exerceu influência no cenário político nacional (notadamente, no período do movimento integralista e na ditadura), as aproximações e distanciamentos entre a extrema direita atual e os movimentos fascistas dos anos 1930, o neoliberalismo, os projetos de destruição inerentes à atuação do atual governo brasileiro, entre muitos outros. O rol extenso de temas faz parte do diagnóstico do presente que vem sendo construído por diferentes intelectuais brasileiros.

O propósito central desse artigo é oferecer um balanço crítico, embora certamente parcial, desse debate. Ainda que incompleto, esse panorama, construído por meio da exposição, confrontação e análise de algumas das teses levantadas para a compreensão da situação brasileira, pretende contribuir para o delineamento das tendências sociais em jogo no cenário sociopolítico brasileiro.

## **2. (Neo)Fascismo, Neoliberalismo Totalitário e Neoatraso**

Para compreender as especificidades do momento contemporâneo brasileiro, além de tentar estabelecer conexões e desdobramentos a partir do contexto sociopolítico nacional, os analistas têm buscado fazer movimentos temporais e geográficos, em busca de conceitos, analogias e comparações. Do ponto de vista histórico, as análises voltam-se ora para o passado especificamente brasileiro, com destaque para os anos 1960, ora para os movimentos fascistas dos anos 1930. De todo modo, nem a constelação inerente à ditadura brasileira, nem a organização própria ao fascismo repetem-se, propriamente, no momento atual. É por isso que, entre os analistas que adotam essas posturas, há um cuidado em formular elaborações que acentuam as especificidades da extrema direita brasileira contemporânea, sob concepções como (neo)fascismo, neoatraso ou novo totalitarismo. De uma perspectiva geográfica, muitos olhares voltam-se, comparativamente, para outras partes do globo onde a direita extremista ocupa o poder. Aqui também não é possível uma identificação estrita entre o Brasil e países europeus, por exemplo. Porém, a comparação é instrutiva na medida em

que situa no contexto global o que ocorre no país e logra expor alguns dos nós que conectam o bolsonarismo à economia globalizada neoliberal. De qualquer forma, talvez seja possível afirmar que a maior dificuldade nas análises ainda está em destrinchar tendências futuras a partir do ponto de cruzamento de vetores históricos e geográficos que convergem no presente histórico brasileiro.

No debate brasileiro contemporâneo, a tentativa de compreensão do cenário político tem envolvido uma disputa pela designação mais apropriada para o contexto atual. Vários autores têm lançado mão dos conceitos de fascismo ou de neofascismo para analisar a realidade brasileira. Armando Boito Jr. (2019; 2020), por exemplo, defende a caracterização do bolsonarismo como neofascismo, argumentando que ele seria uma espécie específica do gênero teórico mais abrangente fascismo. Para o autor, embora não tenhamos uma ditadura fascista, teríamos um governo neofascista operando em uma democracia burguesa deteriorada (Boito Jr., 2020: 112). Em tal governo prevaleceriam características específicas que remontam ao modelo geral do fascismo, tais como: a mobilização das classes médias, desorganização dos trabalhadores e eliminação do reformismo, componentes ideológicos de anticomunismo, culto à violência, crítica à corrupção, crise prévia à eclosão da extrema direita, acomodação da burguesia, entre outras.

Dialogando com Boito Jr., Michel Löwy (2019) também defende a conceituação neofascismo para designar o atual governo brasileiro. Destacando a dimensão internacional do movimento de ascensão da direita radical, Löwy afirma que a extrema direita neofascista e/ou autoritária chega a governar metade dos países do mundo, mas que ainda não há uma análise global disponível para entendermos esse fenômeno. De todo modo, o autor aponta dois elementos relevantes, embora ambos tenham impactos diferenciados para as distintas partes do mundo: o (1) “pânico identitário” (expressão tomada de Daniel Bensaid), que se fortalece na globalização capitalista e reforça lógicas nacionalistas e/ou religiosas intolerantes e a (2) crise financeira do capitalismo iniciada em 2008. O movimento atual não seria idêntico ao dos anos 1930, conforme Löwy, pois não responde propriamente a “ameaças revolucionárias”, não se conecta necessariamente ao grande capital, nem se apoia apenas na pequena burguesia. Especificamente no caso brasileiro, o analista enxerga divergências em relação à

ascensão atual da extrema direita europeia. Aqui, o discurso anticorrupção é central, a questão racial não foi alçada à condição de bandeira principal, o ódio à esquerda é crucial, não ocorre uma continuidade em relação ao discurso fascista dos anos 1930 (integralismo), o neoliberalismo é um aliado e a religião tem papel essencial. De modo geral, são características distintas daquelas presentes em países europeus onde a extrema direita ganhou espaço. De qualquer forma, as especificidades brasileiras levantadas por Michel Löwy contribuem para uma maior historicização e posicionamento geográfico desse processo global, indicando que a caracterização do bolsonarismo como neofascismo não implica, necessariamente, abrir mão de sua contextualização.

Em sua discussão, Löwy chama atenção para a forma como Marilena Chauí caracterizou a situação brasileira. A filósofa justifica o não emprego da designação fascismo por não reconhecer em governos de extrema direita contemporâneos o caráter fortemente militarista, o nacionalismo exacerbado nem o imperialismo via colonialismo (características próprias do movimento fascista, conforme Chauí). Ela prefere enxergar na ascensão contemporânea da extrema direita uma nova forma de totalitarismo, que seria característica do neoliberalismo – Chauí retoma a expressão “sociedade administrada” utilizada por Adorno e Horkheimer nos anos 1940. Nesse novo totalitarismo, “em lugar da forma do Estado absorver a sociedade, como acontecia nas formas totalitárias anteriores, vemos ocorrer o contrário, isto é, a forma da sociedade absorve o Estado” (Chauí, 2019). Nesse tipo de totalitarismo próprio ao neoliberalismo “a sociedade se torna o espelho para o Estado, definindo todas as esferas sociais e políticas não apenas como organizações, mas, tendo como referência central o mercado, como um tipo determinado de organização: a empresa” (Chauí, 2019).

Ao analisar mais especificamente a situação brasileira, Vladimir Safatle (2020) sustenta que a pandemia deveria servir para dissipar qualquer dúvida em relação ao caráter fascista do governo atual. No flerte bolsonarista com a morte teríamos a versão brasileira do “estado suicidário” (Safatle, 2020). Tal estado havia sido materializado no telegrama 71 de Hitler, que preconizava a autodestruição do estado em caso de derrota da guerra. No Brasil, para além da necropolítica, teríamos agora um Estado que “é a mistura da administração da morte de setores de sua própria população e do flerte contínuo e arriscado com

sua própria destruição” (Safatle, 2020). Essa dimensão suicida da política brasileira atual talvez seja o maior desafio para aqueles que buscam resistir à lógica do bolsonarismo. A oposição não é a um projeto de país, que poderia ser criticado, dissecado em suas falhas e contraposto por outras ideias. Trata-se de uma oposição que deve resistir a um antiprojeto devastador, como propõem analistas que serão tratados na próxima seção.

Conforme André Singer e outros sete colegas seus da Universidade de São Paulo (entre eles o próprio Safatle), o bolsonarismo atualiza discursos e estratégias do fascismo histórico brasileiro – o integralismo de Plínio Salgado. Eles afirmam que, “mesmo considerando as diferenças, o bolsonarismo está muito mais próximo das marcas características do integralismo do que da tradicional direita conservadora brasileira, pela simples razão de que ambos, bolsonarismo e integralismo, representam um fenômeno mobilizador, que vem de baixo para cima” (Singer et al., 2020). Na altura do golpe parlamentar de 2015-2016, o que estava em questão para as elites brasileiras era o esvaziamento da Constituição de 1988 e a transformação da democracia em um arremedo oligárquico. No vácuo deixado pelas forças da direita tradicional, que pareciam ter jogado a toalha frente à tarefa de oferecer uma alternativa palatável para o país, teria sido possível o que os autores chamam de “retomada do fascismo à brasileira” (Singer et al., 2020). Apresentando-se como alternativa antissistêmica, Bolsonaro teria sabido “se aproveitar do impulso anti-institucional desperto pelas manifestações de 2013, com suas tópicas de antirrepresentação política e refratária aos modelos de governabilidade característicos da democracia pós-Constituição de 1988” (Singer et al., 2020), unindo essas energias com as do conservadorismo janista, malufista e de grupos como a TFP (tradição, família e propriedade). A novidade de Bolsonaro, segundo os autores, seria que, “pela primeira vez na história do Brasil republicano, um autoritarismo vindo de baixo para cima não teve seu voo interceptado no meio do caminho por uma alternativa conjurada pelas elites, como se deu com Getúlio Vargas nos anos 1930 e com o golpe de 1964” (Singer et al., 2020).

Por seu turno, Gabriel Cohn, em texto publicado logo após as eleições de 2018, sustenta não ser possível taxar de fascismo o “novo presidencialismo brasileiro” (Cohn, 2018). Para ele, o fascismo implica em Estado forte, sem traço

de liberalismo, seja novo seja antigo. Contudo, haveria um ponto central para a caracterização do “presidencialismo de ocupação” do governo de Jair Bolsonaro: a dimensão propagandística. As táticas do famoso ministro da propaganda nazista, Joseph Goebbels, estariam sendo reeditadas pela extrema direita brasileira, nomeadamente, a estratégia de disseminação continuamente repetida de mentiras com o objetivo de transmutá-las em verdades. O principal argumento contrário à identificação com os modelos fascistas do início do século passado consiste na constatação de que “estamos diante da emergência de algo novo, de modo peculiar de organização e exercício do poder em escala planetária, e para cuja consolidação o caso brasileiro é da maior importância, por tudo aquilo que este país representa.” (Cohn, 2018). Em vez de voltar o olhar para o passado, seria necessário compreender o que está sendo gestado para o futuro, não somente no âmbito local, mas em escala global. O Brasil estaria ensaiando algo que “não é mera aberração sustentada por governo ocasional”, mas tem “importância planetária” (Cohn, 2018).

Para Roberto Schwarz, há bastante em comum entre os processos que tiveram lugar em 1964 e em 2018, ainda que no primeiro caso tenha se tratado de um golpe militar e no segundo de um candidato que venceu uma eleição. O que permite aproximar esses dois momentos é uma mesma dinâmica de fundo, a saber, o entrelaçamento entre o moderno e o atrasado na sociedade brasileira. Tal vinculação dialética, na qual, na periferia do capitalismo, o velho se encrusta no novo e se reproduz por meio dele é um tema caro a Schwarz desde seus trabalhos da década de 1960 e é central na sociologia uspiana<sup>3</sup>. Conforme Schwarz, em ambos os casos, “um programa francamente pró-capital mobilizou, para viabilizar-se, o fundo regressivo da sociedade brasileira, descontente com os rumos liberais da civilização” (Schwarz, 2020: 25). Schwarz cita como exemplo clássico dessa articulação o apoio do capital ao nazismo na Alemanha na década de 1930, o qual soube mobilizar os sentimentos regressivos das massas. A aposta da burguesia alemã em apoiar o nazismo “deflagrou um processo incontrolável,

3 Ao menos na sociologia de Florestan Fernandes e de discípulos seus como Fernando Henrique Cardoso, José de Souza Martins e Sedi Hirano. No final da década de 1960 e início da década de 1970, tanto a abordagem de Schwarz quanto a dos sociólogos reunidos em torno de Florestan acerca da combinação entre tradicional e moderno no Brasil sofreu uma dura crítica por parte de Maria Sylvia de Carvalho Franco, também egressa desse círculo paulista.

ao fim do qual já não havia como saber quem seria devorado por quem” (Schwarz, 2020: 25).

Entretanto, uma grande diferença que Schwarz vê entre os dois momentos históricos é que, se em 1964 tanto a esquerda quanto a direita prometiam, de um jeito ou de outro, a superação do subdesenvolvimento, com o final do ciclo político dominado pelos herdeiros da redemocratização (PSDB e PT), e em especial com o fim do processo de integração social viabilizado pelo *boom* das *commodities* durante o período petista, o horizonte da superação do subdesenvolvimento parece agora fechado. Nesse contexto, em que, por um lado, faltava organização política para aprofundar a democracia e a reflexão social coletiva, e por outro, operaram técnicas recém-inventadas de propaganda enganosa, a frustração social da parte daqueles que haviam sido favorecidos pelas políticas progressistas levou-os a apostar na opção anti-ilustrada com vistas a garantir a qualquer preço os ganhos já alcançados (Schwarz, 2020: 26). Outra importante diferença entre 1964 e 2018 apontada por Schwarz é o tipo de atraso que presidiu a reação às pautas progressistas: enquanto há cinquenta anos, ela se compunha dos “preteridos pela modernização, representativos do Brasil antigo, que lutava para não desaparecer, mesmo sendo vencedor”, o neoatraso bolsonarista, que mobiliza a “deslaicização da política, a teologia da prosperidade, as armas de fogo na vida civil, o ataque aos radares nas estradas, o ódio aos trabalhadores organizados”, se originou “no terreno da sociedade contemporânea, no vácuo deixado pela falência do Estado” (Schwarz, 2020: 27-28). Não só no Brasil, mas também globalmente, “os faróis da modernidade mundial perderam muito de sua luz” (Schwarz, 2020: 28), afirma o autor.

Como se vê, embora a eleição de Bolsonaro tenha, não raro, despertado um sentimento inicial de surpresa, alguns analistas procuram compreendê-la não só em sua aparência de ruptura radical, mas também buscando delinear os possíveis nexos de continuidade histórica.

### 3. Caos como Método e Lógica da Guerra

Se não há consenso entre os partícipes do debate político contemporâneo na utilização do termo fascismo para caracterizar o governo de Jair Bolsonaro,

parece haver um pouco mais de acordo quando se sublinha o caráter eminentemente destrutivo do projeto bolsonarista. É nesse sentido que se articulam as ideias de caos como método (Nobre, 2020), “guerra cultural” (Rocha, 2020a; 2020b; 2020c), “guerra híbrida” (Leirner 2019) e “populismo digital” (Cesarino, 2019). De todo modo, o projeto devastador do bolsonarismo se desdobra em diferentes frentes: engloba tanto as instituições como o debate público, sobretudo por contaminação via redes sociais; inclui direitos previstos no período de democratização como a legislação ambiental e o próprio sistema político; incorpora especialmente todos os campos identificados por tal projeto como “ideológicos”, sobretudo o intelectual e o artístico – tudo isso combinado a um neoliberalismo econômico bastante radical.

Nesse sentido, para Marcos Nobre, que se opõe ao uso do conceito de fascismo para entender o atual cenário político nacional, seria necessário entender Bolsonaro “nos termos da política da guerra e da morte que o guia” (Nobre, 2020: 9). Conforme o autor, Bolsonaro foi eleito na esteira do colapso do sistema político que se precipitou desde 2013, tendo logrado “canalizar para sua candidatura a devastação social e institucional das crises sobrepostas” (Nobre, 2020: 15) e transformado esse colapso e essa devastação em estilo de governo. Com a pandemia de COVID-19 no segundo ano de seu mandato, “Bolsonaro levou o caos como método ao limite” (Nobre, 2020: 17). O enfrentamento à crise sanitária e à crise econômica que a acompanha exigiria governar, que é, entretanto, “algo que Bolsonaro não pode nem pretende fazer” (Nobre, 2020: 17). De forma que sua decisão foi montar um “governo de guerra” (Nobre, 2020: 14), baseado num tripé composto por seus apoiadores mais fanáticos, pelos militares – que fariam as vezes de um partido e vertebrariam o governo de Bolsonaro como antes haviam feito o PSDB e o PT durante o que Nobre denomina de República do Real (1994-2016) – e o centrão.

O autor argumenta que em 2018 grande parte do eleitorado se sentia “existencialmente ameaçada” e que “Bolsonaro foi muito bem-sucedido em apontar o dedo para o sistema político como fonte e origem desse medo e dessa angústia muito reais” (Nobre, 2020: 24). Seu grande mérito, revelador do significado social mais profundo de sua vitória, consistiria em ter feito convergirem lavajatismo, antipetismo, disposições antissistema, conservadorismo

de costumes, reivindicação absoluta de “lei & ordem”, forças de segurança pública e privada, e um autoritarismo sem disfarces.

Na mesma linha, mas partindo de um referencial teórico distinto, Letícia Cesarino argumenta que este é um fenômeno típico do populismo: em contextos de grave crise e desordem, surgem lideranças carismáticas que reivindicam “a pureza necessária para reintroduzir a ordem em um sistema irreversivelmente corrompido.” (Cesarino, 2019: 534). Para Cesarino, a facada que atingiu Bolsonaro durante as eleições também foi muito importante para que fosse possível criar certa aura de pureza em torno dele. Por conta do atentado, foi possível produzir o que a autora chama de “o corpo digital do rei”: em analogia à imagem da teologia política medieval, na qual um corpo divino se sobrepunha ao corpo físico do rei, “após o atentado a faca que retirou Jair Bolsonaro da esfera pública, seu corpo debilitado foi substituído por um corpo digital formado por seus apoiadores, que passaram a fazer campanha no seu lugar” (Cesarino, 2019: 533).

Nessa política pautada na radicalização da lógica amigo/inimigo, é sintomático que a metáfora da guerra seja mobilizada por diferentes analistas. Alguns preferem empregar a ideia de guerra híbrida: é como se houvesse um estado permanente de guerra, que também opera no âmbito psicológico, promovendo desorientação e perda da sensação de real (Leirner, 2019) – o âmbito por excelência dessa prática têm sido as redes sociais bolsonaristas, conforme apontaremos mais abaixo. Mas, antes, seria pertinente questionarmos quem é o inimigo nesse amplo projeto de destruição do governo extremista brasileiro, pois é precisamente essa figura que garante certa coerência interna e fechamento ao discurso (por mais deturpado que este seja) – quem está fora da margem divisória do sistema bolsonarista já é designado como inimigo (Cesarino, 2019).

Como lembra João Cezar de Castro Rocha (2020a), a extrema direita contemporânea posiciona seu principal inimigo não mais externamente (comunismo internacional), mas sim internamente (os pretensos partidários do comunismo no Brasil). Contudo, aqui não há apenas uma alteração geográfica da localização do inimigo, na medida em que a ela estão associadas certas alterações na estrutura social que reorientaram também a forma de atuação da



extrema direita brasileira. A ideia de que a guerra agora é cultural apoia-se em interpretações acerca do “inimigo” da direita radical, que, em parte, procuram responder às transformações ocorridas no campo da esquerda – não sem fortes deturpações. Como argumenta Carapanã (2018), no mundo pós-socialista, os ultraconservadores precisavam criar novas narrativas que relacionassem os oponentes da esquerda ao comunismo. E a solução foi encontrada ao tomar elementos das lutas identitárias para potencializar as forças inimigas: o deslocamento cultural do oponente permite aos radicais de direita conceber um discurso que identifica o comunismo em frentes tão diversas como as lutas feministas, a ONU e a OMS, o politicamente correto, a música pop e as universidades. É como se esses e outros grupos e instituições fizessem parte de uma conspiração contra os valores civilizatórios ocidentais (Carapanã, 2018).

Especificamente no caso brasileiro, Rocha (2020b) propõe que a guerra cultural posta em marcha por Bolsonaro e os que o cercam se sustenta em um tripé, composto de uma (1) retomada, em tempos democráticos, da Doutrina de Segurança Nacional do regime militar, do (2) discurso revanchista e revisionista do Exército materializado no Projeto Orvil e da (3) retórica do ódio de Olavo de Carvalho. A narrativa do Projeto Orvil mostra precisamente como teria passado a agir o inimigo interno no período final da ditadura e na redemocratização. Elaborado entre 1986 e 1989 sob a liderança do então ministro do Exército do governo Sarney, Leônidas Pires Gonçalves, e privilegiando o que seus autores consideravam ser os crimes da luta armada no Brasil, o Projeto Orvil pretendia ser uma resposta ao livro *Brasil: nunca mais*, de 1985, que havia denunciado as arbitrariedades, a tortura e os desaparecimentos durante a ditadura militar (Rocha, 2020a). Essa contranarrativa – orvil é livro lido ao contrário – do Exército apresenta o século vinte no Brasil como palco de uma série de tentativas de tomada do poder pelo movimento comunista internacional, com vistas a estabelecer no Brasil uma ditadura do proletariado.

Porém – e, de acordo com Rocha, isso nos conduz ao coração do bolsonarismo –, segundo o Projeto Orvil, “a iniciativa ‘mais perigosa’ iniciou-se em 1974, quando a esquerda realizou uma autocrítica severa e mudou de estratégia, abandonando os coturnos e abraçando os livros, a fim de conquistar corações e mentes por meio da infiltração lenta, porém segura, nas instituições do

Estado e da sociedade civil” (Rocha, 2020b). Para Bolsonaro, esse aparelhamento ideológico por parte da esquerda não teria feito mais do que se ampliar nas últimas quatro décadas. A esses dois elementos, Doutrina de Segurança Nacional e Projeto Orvil, soma-se o novo discurso de direita radical que tem sido elaborado por Olavo de Carvalho desde a década de 1990. O guru bolsonarista lograria traduzir para as redes sociais a Doutrina de Segurança Nacional, ao mesmo tempo em que dissemina a conspiração de uma infiltração gramsciana para a tomada do poder – reformulando aspectos que estão no Orvil. Se, desde a redemocratização, as instituições são colonizadas pelos comunistas, a tarefa que se coloca Bolsonaro não é a de reconstruí-las ou reformá-las, mas antes a de desmantelá-las – colocando alguém que odeia as universidades públicas à frente do Ministério da Educação e um desmatador para chefiar o Ministério do Meio Ambiente, extinguindo o Ministério da Cultura, e contrariando todos os esforços do Ministério e de ministros da Saúde para combater a pandemia de coronavírus.

Ao analisar detidamente a presença do bolsonarismo nas redes sociais, Cesarino (2019) tem apontado a mesma dinâmica no discurso dos ultraconservadores brasileiros. O bolsonarismo seria bivalente, ao combinar o ultraconservadorismo moral ao neoliberalismo econômico. Nisso, há o abuso de “significantes vazios” para separar o nós (“trabalhadores”, “cidadãos de bem”, “patriotas”) deles (“vagabundos” que se apresentariam como ativistas de direitos humanos, militância feminista, lgbt e do movimento negro). A antropóloga elabora como tudo isso foi traduzido na linguagem direta e apelativa aos afetos das redes sociais por meio de memes, vídeos, montagens imagéticas e textos impactantes. No caso das eleições de 2018, Cesarino indica o quanto essa atuação política foi capaz de angariar adeptos que permaneciam às margens do ativismo: “O carisma digital e a simplicidade discursiva tanto da memética quanto do discurso populista [...] fizeram com que qualquer um se sentisse à vontade e encorajado a participar da política nesses novos termos.” (Cesarino, 2020: 112).

Ponto relevante para a compreensão dessa capacidade de mobilização do bolsonarismo são os mecanismos criados por seus discursos para mobilizar afetos. De acordo com Nobre (2020), as energias fomentadas a partir da crise política visível a partir de 2013 acabaram não se aglutinando nas formas clássicas dos

partidos políticos e dos movimentos sociais e sim na internet e nas redes sociais, permitindo que “a solidão de pessoas que se sentiam prejudicadas, discriminadas, diminuídas encontrasse eco em milhares de outras solidões” e oferecendo “a oportunidade de fazer alguma coisa, de pôr a mão na massa, de arrebentar ‘tudo o que está aí’” (Nobre, 2020: 27). As redes sociais forneceram o espaço propício para a formação da “figura caleidoscópica” (Cesarino, 2019: 549) e contraditória de Bolsonaro, capaz de conectar “interesses, medos e outros afetos de segmentos eleitorais específicos” (Cesarino, 2019: 550).

Na esteira dessas análises, talvez possamos pensar essa capacidade catalisadora do discurso bolsonarista por meio de uma reflexão teórica feita por Theodor Adorno em 1967 para compreender a persistência do radicalismo de direita nas democracias contemporâneas. Os adeptos da extrema direita seriam sujeitos autoritários que se ressentem contra a democracia precisamente porque ela “nunca se concretizou plenamente em lugar algum, permanecendo algo formal” (Adorno, 2019: 18). Por isso, a imagem dos movimentos ultraconservadores é a das “chagas” ou “cicatrices” de uma democracia. No caso brasileiro, os ressentidos cobrem um amplo espectro: donas de casa preocupadas com a moralidade de seus filhos, pais de família acossados pela criminalidade, jovens com trabalhos precários, homens ameaçados pela masculinidade em crise, opositores brancos de classe média contra o politicamente correto etc. (Cesarino, 2019: 550). Conforme argumenta Rocha, “o bolsonarismo é sobretudo um sistema de crenças” (Rocha, 2020c). Ou seja, não é simplesmente a figura de Bolsonaro que está em jogo, mas sim toda uma “pulsão antissistêmica” (Rocha, 2020c) que o presidente e seus adeptos souberam catalisar. Como tem afirmado Isabela Kalil a partir de suas pesquisas acerca de perfis de bolsonaristas, o “bolsonarismo é maior que Bolsonaro”, daí a necessidade de compreender a ressonância que os discursos de intolerância vão encontrando na sociedade, para além da centralização na figura do presidente (Kalil, 2019).

Por fim, conforme já apontado na seção anterior, a compreensão desses mecanismos bolsonaristas de mobilização em meio a uma política de guerra não pode ocorrer em detrimento da consideração do cenário internacional. É necessário considerar que o “atual presidente mimetiza táticas de populismos

autoritários mundo afora<sup>4</sup>, que atacam permanentemente o que continua a funcionar e se beneficiam de que as coisas continuem a funcionar apesar de seus ataques” (Nobre, 2020: 18). Viktor Orbán na Hungria, Rodrigo Duterte nas Filipinas, Recep Erdoğan na Turquia e o governo do partido Lei e Justiça na Polônia também participam do movimento de ascensão de novos líderes autoritários na última década. Para Nobre, tal movimento configura um levante conservador que tem sua origem nos efeitos da crise econômica de 2007-2008, permitindo um paralelo com a de 1929. Essa onda conservadora soube mobilizar “déficits reais dos regimes democráticos para chegar ao poder de Estado”, destacando a “lacuna entre a ‘vontade popular’ e os mecanismos estabelecidos de representação política” (Nobre, 2020: 22). Referindo-se aos acontecimentos da última década, Nobre frisa que “os resultados políticos regressivos dos últimos anos não indicam uma tendência irresistível da história: provêm, antes de tudo, de tentativas de manipular e de bloquear os potenciais democráticos que emergiram no período pós-crise econômica mundial” (Nobre, 2020: 31), o que está em consonância com a interpretação de que junho de 2013 não deve ser encarado como intrinsecamente reacionário<sup>5</sup>. Também Cesarino (2019) aponta uma tendência global de ruptura com o neoliberalismo progressista<sup>6</sup> e a pós-política que marcaram as décadas anteriores – culminando na bivalência neoliberalismo-conservadorismo que indicamos anteriormente. Desnecessário acrescentar que essa bivalência está no cerne do caráter destrutivo do governo bolsonarista. Por meio dela, o antiprojeto de país opera uma devastação de

---

4 Tal interpretação vai no sentido da de Shalini Randeria, que procura analisar os novos líderes autoritários mundiais a partir de uma perspectiva que coloca em relevo suas conexões. Conforme Randeria, os líderes autoritários contemporâneos “aprendem rapidamente uns com os outros quais argumentos e modelos funcionam bem e quais estratégias políticas são efetivas” (2019: 51).

5 Em seu livro *Choque de democracia: razões da revolta*, escrito em 2013 pouco após os acontecimentos do mês de junho, Nobre afirma: “As energias sociais de protesto mobilizadas nas revoltas de junho de 2013, que se dirigem contra o pemedebismo, não têm outra maneira de enfrentá-lo senão enfrentando o sistema como um todo. São energias difusas que se dirigem contra a *normalização* do pemedebismo [lógica de megablocos de apoio parlamentar que estiveram do lado tanto dos governos do PSDB quanto do PT e que acabaram sendo identificados com o ‘sistema’] e que não se encontram devidamente representadas no sistema político. Em nível social mais profundo, uma nova cultura política se forma, já mais próxima do social-desenvolvimentismo, ao mesmo tempo que o sistema político continua a funcionar segundo uma cultura política pemedebista” (Nobre, 2013: 46). Esse trecho evidencia como, em 2013, Nobre enxergava potenciais de renovação democrática nas revoltas daquele ano, cujas energias antissistêmicas, entretanto, se direcionaram no sentido da destruição reacionária do status quo.

6 A tese do fim do período do neoliberalismo progressista foi proposta por Nancy Fraser em artigo de 2017 tendo em vista o contexto norte-americano e a eleição de Donald Trump (Fraser, 2017).

múltiplas dimensões, que incorpora elementos como o meio ambiente, a opinião pública, a educação, direitos humanos e trabalhistas.

## 5. Conclusões

O balanço que acima procuramos fazer reveste-se de um incontornável caráter parcial. O fato de que é praticamente impossível dar conta de todas as intervenções recentes que buscam caracterizar a natureza e o funcionamento do governo Bolsonaro e do bolsonarismo impõe o imperativo de fazer escolhas – imperativo que, como Weber nunca cansou de enfatizar, é intrínseco às ciências de modo geral e às ciências sociais em particular. Os autores e textos que escolhemos para esse nosso balanço do debate chamaram nossa atenção nos últimos meses no contexto de um esforço de cada um de nós dois em encontrar caminhos explicativos para a recente virada autoritária no Brasil. Ao final desse balanço parcial a respeito da situação política e social brasileira, gostaríamos de destacar argumentos e autores que têm logrado entender a ascensão da extrema direita brasileira em suas peculiaridades históricas e geográficas daqueles que compreendem o fenômeno ainda de uma maneira mais geral, análoga a processos ocorridos em outras partes do mundo e/ou períodos históricos. Além disso, também vale a compreensão crítica da forma como, até o momento, esse debate tem sido capaz de compreender a inserção e o lugar do bolsonarismo no plano internacional. Cumpre mencionar, por antecipação, que entender as especificidades brasileiras não significa destacar o país de processos globais, mas sim reconhecer sua condição semiperiférica no âmbito do sistema capitalista mundial.

Como vimos, desde que Bolsonaro foi eleito, há uma discussão ampla relativa à melhor forma de denominar o que ocorre no Brasil. Enquanto alguns analistas defendem taxativamente o emprego da concepção (neo)fascismo (a exemplo de: Safatle, 2020; Singer et al., 2020; Löwy, 2019; Boito Jr., 2019, 2020), outros rechaçam o termo como não apropriado (como: Cohn, 2019; Nobre, 2020; Chauí, 2019). Contudo, para além da polêmica em torno dessa adoção conceitual, é possível perceber que algumas análises conseguem atinar melhor



para especificidades brasileiras, independentemente do emprego ou recusa de conceito de carga semântica tão complexa.

Nesse sentido, enquanto Boito Jr. (2019, 2020), por exemplo, defende a caracterização de neofascismo como apropriada para o contexto brasileiro procurando parâmetros nacionais equivalentes aos que estiveram em vigência nos anos 1930 em países europeus, Löwy (2019) pondera melhor as distinções entre os fascismos do início do século passado e os governos atuais que denomina neofascistas. Além disso, Löwy também procura traçar diferenças entre o caso brasileiro contemporâneo e os governos de extrema direita europeia. Por outro lado, na discussão desenvolvida por Marilena Chauí (2019) há a recusa do emprego da concepção de fascismo, porém a opção pela designação “neoliberalismo totalitário” é, ao menos no texto em pauta, um tanto genérica, sem ater-se à maneira própria e extrema como esse modelo se organiza no caso brasileiro. Também seria importante observar mais detidamente o modo peculiar como, em um país de origem escravocrata e colonial como o Brasil, se logra operar a transformação de “medos, ressentimentos e ódios sociais silenciosos em discurso do poder e justificativa para práticas de censura e de extermínio” (Chauí, 2019). Ou seja, cabe a pergunta em relação às raízes sócio-históricas que tornaram possível a sanção por parte da sociedade brasileira de um projeto construído em torno de argumentos hierárquicos, racistas, homofóbicos, machistas e fundamentalistas religiosos.

Conforme é possível observar nas discussões apresentadas, Bolsonaro logrou mobilizar a favor de sua eleição tendências sociais distintas (movimentos anticorrupção e antissistema político, ultraconservadorismos difusos, antipetismo, medos relativos às crises econômicas e de segurança pública, disseminação de novas tecnologias de comunicação etc.). Mas isso só foi possível por uma combinação de forças internas e externas, que estavam operando no movimento “desigual e combinado” da ordem mundial. Ao destrinchar alguns nós desse nexos fatídico, a discussão desenvolvida por Marcos Nobre (2020) consegue atrelar medos e angústias individuais que, de algum modo, associaram-se a crises mundiais como a de 2008 e convergiram na eleição da figura antissistêmica de Bolsonaro.

Para compreender a extrema direita bolsonarista e seu modo de operação no âmbito das redes sociais, Cesarino (2019, 2020) e Rocha (2020a, 2020b, 2020c), cada um a seu modo, também procuram encontrar traços do movimento mundial de alterações nas pautas políticas da esquerda que permitiram ao discurso ultradireitista brasileiro redelinear seu inimigo. Na ótica da extrema direita, já não se trata do comunismo clássico que tinha o projeto de revolucionar o modo de produção, mas de inimigos mais “camuflados”, difusos, que ocuparam postos-chaves promovendo valores de cunho também identitário e cultural (universidades, organismos internacionais, setores artísticos e intelectuais etc.). Também na análise desse processo de construção discursiva do inimigo – ponto fundamental para a compreensão da extrema direita – é necessária uma perspectiva abrangente, de contornos globais. Assim, quando Rocha (2020a) remonta essas transformações de ordem planetária em consonância com aspectos históricos brasileiros (ao mobilizar, por exemplo, o discurso revanchista e revisionista do exército materializado no Projeto Orvil) contribui para uma compreensão mais específica da ascensão da extrema direita brasileira que não está, contudo, desatrelada de processos que permitiram que a lógica autoritária domine atualmente metade do planeta. Por seu turno, em consonância com suas reflexões acerca do capitalismo periférico brasileiro, Schwarz (2020) também procura entender o que ocorre no Brasil contemporâneo a partir de uma ótica que privilegia a posição do país na economia mundial e destaca as relações entre o golpe de 1964 e o momento presente. Em ambas as ocasiões, tratou-se do bloqueio de processos democráticos e mais inclusivos. A discussão de Nobre (2020) não inclui o período do golpe militar, mas sua análise da década de 2010 no Brasil também a encara como palco de tentativas de manipular e de bloquear potenciais democráticos que haviam sido liberados.

Grosso modo, talvez seja possível argumentar que, quanto mais o debate em torno do bolsonarismo lograr construir observações capazes de compreender a situação brasileira em suas especificidades, sem deixar de considerar suas conexões com os rumos mundiais, mais consistente será o diagnóstico passível de ser oferecido pelas ciências sociais – e mais importante: melhor providas de informação estarão as forças de resistência. Nesse sentido, não basta apenas construir pontes teóricas com o passado (embora a visada histórica siga

imprescindível), como bem argumenta Gabriel Cohn: “Tanto mais se torna vital a lucidez, a abertura para o novo também na sua face sombria, a atenção e a inteligência alerta, móveis, que saibam enfrentar o pior risco, o de perder o tempo da história.” (Cohn, 2019).

## Referências

ADORNO, Theodor W. *Aspekte des neuen Rechts-radikalismus* [1967]. Berlin: Suhrkamp, 2019.

BOITO, Armando. “A terra é redonda e o governo Bolsonaro é fascista”. *A terra é redonda*, 17 de outubro, 2019. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/a-terra-e-redonda-e-o-governo-bolsonaro-e-fascista>. Acessado em: 17/08/2020.

\_\_\_\_\_. “Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo”. *Crítica Marxista*, 50: 111-119, 2020.

CARAPANÃ. “A nova direita e a normalização do nazismo e do fascismo”. In: SOLANO GALLEGOS, Esther (org.). *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

CESARINO, Letícia. “Identidade e representação no bolsonarismo: corpo digital do rei, bivalência conservadorismo-neoliberalismo e pessoa fractal”. *Revista de Antropologia*, 62 (3): 530 -557, 2019.

\_\_\_\_\_. “Como vencer uma eleição sem sair de casa”. *internet & sociedade*, 1 (1): 91-120, 2020.

CHAUÍ, Marilena. “Neoliberalismo: a nova forma do totalitarismo”. *A terra é redonda*, 06 de outubro, 2019. Disponível em: [aterraeredonda.com.br/neoliberalismo-a-nova-forma-do-totalitarismo](https://aterraeredonda.com.br/neoliberalismo-a-nova-forma-do-totalitarismo). Acessado em: 31/10/2019.

COHN, Gabriel. “A nova cara do presidencialismo”. *Le Monde Diplomatique*, 06 de novembro, 2018. Disponível em: [diplomatique.org.br/a-nova-cara-do-presidencialismo](https://diplomatique.org.br/a-nova-cara-do-presidencialismo). Acessado em: 17/08/2020.

FRASER, Nancy. “The End of Progressive Neoliberalism”. In: BRENNER, Johanna and FRASER, Nancy. “What Is Progressive Neoliberalism? A Debate”. *Dissent*, 64 (2): 130-140, 2017.

KALIL, Isabela. “O bolsonarismo é maior que Bolsonaro’: projeto punitivista admite o intolerável e ameaça democracia”. *Sul21*, Porto Alegre, 29 de julho, 2019. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/areazero/2019/07/o-bolsonarismo-e-maior-que-bolsonaro-projeto-punitivista-admite-o-intoleravel-e-ameaca-democracia/>. Acesso em 17/08/2020.

LEIRNER, Piero. “Caminho de Bolsonaro ao poder seguiu ‘lógica da guerra’, diz antropólogo que estuda militares”. *Agência Pública*, São Paulo, 11 de abril, 2019. Disponível em <https://apublica.org/2019/04/caminho-de-bolsonaro-ao-poder-seguiu-logica-da-guerra-diz-antropologo-que-estuda-militares/>. Acesso em 16/08/2020.

LÖWY, Michael. “Neofascismo: um fenômeno planetário – o caso Bolsonaro”. *A terra é redonda*, 24 de outubro, 2019. Disponível em: [aterraeredonda.com.br/neofascismo-um-fenomeno-planetario-o-caso-bolsonaro](http://aterraeredonda.com.br/neofascismo-um-fenomeno-planetario-o-caso-bolsonaro). Acessado em: 31/10/2019.

NOBRE, Marcos. *Choque de democracia: razões da revolta*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. E-Book.

\_\_\_\_\_. *Ponto-final: a guerra de Bolsonaro contra a democracia*. São Paulo: Todavia, 2020. E-Book.

RANDERIA, Shalini. “Das Verborgene entdecken: Zur Geschichte und Methodologie des Verflechtungsansatzes. Shalini Randeria im Gespräch mit Jens Adam und Regina Römhild”. In: ADAM, Jens Adam et al. (Hg.). *Europa dezentrieren. Globale Verflechtungen neu denken*. Frankfurt am Main: Campus Verlag, 2019.

ROCHA, João Cezar Castro. “Como funciona a guerra cultural de Bolsonaro”. Entrevista a Ciro Barros. *Agência Pública*, 28 de maio, 2020a. Disponível em: [apublica.org/2020/05/quanto-maior-o-colapso-do-governo-maior-a-virulencia-da-guerra-cultural-diz-pesquisador-da-uerj](http://apublica.org/2020/05/quanto-maior-o-colapso-do-governo-maior-a-virulencia-da-guerra-cultural-diz-pesquisador-da-uerj). Acessado em: 01/06/2020.

\_\_\_\_\_. “Bolsonarismo é a mais perversa máquina de destruição de nossa história republicana”. *Folha de São Paulo*, 08 de agosto, 2020b. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2020/08/bolsonarismo-e-a-mais-perversa-maquina-de-destruicao-de-nossa-historia-republicana.shtml>. Acessado em: 09/08/2020.

\_\_\_\_\_. “Precisamos controlar a nossa obsessão com a figura de Bolsonaro”, diz historiador”. *Carta Capital*, 15 de agosto, 2020c. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/carta-capital/precisamos-controlar-a-nossa-obsessao-com-figura-de-bolsonaro-diz-historiador/>. Acesso em: 16/08/2020.

SAFATLE, Vladimir. “Bem-vindo ao estado suicidário”. *pandemia crítica*, 004, n-1 edições, 2020. Disponível em: [n1edicoes.org/004](http://n1edicoes.org/004). Acessado em: 23/04/2020.

SCHWARZ, Roberto. “Neo-Backwardness in Bolsonaro’s Brazil”. *New Left Review*, 123: 25-38, 2020.

SINGER, André; DUNKER, Christian; ARAÚJO, Cicero; LOUREIRO, Felipe; CARVALHO, Laura; PAULANI, Leda; BRAGA, Ruy e SAFATLE, Vladimir. “Por que assistimos a uma volta do fascismo à brasileira”. *Folha de São Paulo*, 09 de junho, 2020. Disponível em: [www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2020/06/por-que-assistimos-a-uma-volta-do-fascismo-a-brasileira.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2020/06/por-que-assistimos-a-uma-volta-do-fascismo-a-brasileira.shtml). Acessado em: 09/06/2020.

## **O Novo na sua Face Sombria: um balanço das análises sobre a ascensão da extrema direita no Brasil atual**

### **Resumo**

O artigo realiza um balanço parcial e com propósitos críticos das análises recentes das ciências sociais brasileiras acerca da caracterização do governo de Jair Bolsonaro e do assim chamado bolsonarismo. Com esse objetivo, o artigo coloca em diálogo análises da situação brasileira atual que mobilizam as ideias de (neo)fascismo, de neoliberalismo totalitário, de reposição do atraso brasileiro e de estratégias de guerra, ocupação e utilização do caos como método de governo. Por meio da revisão crítica da literatura, também há o propósito de expor algumas das tendências sociais que estão em jogo no cenário sociopolítico brasileiro e seus nexos com o contexto global. Na conclusão do artigo, procura-se apontar os ganhos e limites das abordagens discutidas anteriormente e argumenta-se que, quanto mais o debate das ciências sociais brasileiras em torno do bolsonarismo lograr compreender a situação brasileira em suas especificidades sem ao mesmo tempo deixar de considerar suas conexões com os rumos mundiais, mais consistente será seu diagnóstico do presente histórico.

**Palavras-chave:** autoritarismo; neofascismo; guerra; neoliberalismo; Brasil

## **Lo Nuevo en su cara Sombria: Un balance de los análisis sobre el ascenso de la extrema derecha en el Brasil actual**

### **Resumen**

Este artículo hace un balance parcial y con propósitos críticos de los análisis recientes de las ciencias sociales brasileñas respecto a la caracterización del gobierno de Jair Bolsonaro y al así llamado bolsonarismo. Con ese objetivo, el artículo pone en diálogo análisis de la situación brasileña actual las cuales movilizan las ideas de (neo)fascismo, de neoliberalismo totalitario, de reposición del atraso brasileño y de estrategias de guerra, ocupación y utilización del caos como método de gobierno. A través de la revisión crítica de la literatura, buscamos también exponer algunas de las tendencias sociales que están en juego en el escenario sociopolítico brasileño y sus nexos con el contexto global. En la conclusión, apuntamos las ganancias y las limitaciones de los abordajes anteriormente discutidos y argumentamos que, cuanto más el debate de las ciencias sociales brasileñas alrededor del bolsonarismo logre comprender la situación brasileña en sus especificidades sin al mismo tiempo dejar de lado sus conexiones con los rumbos mundiales, más consistente será su diagnóstico del presente histórico.

**Palabras clave:** autoritarismo; neofascismo; guerra; neoliberalismo; Brasil

## **The Bleak Face of the New: A review of the analyses of the rise of the far right in contemporary Brazil**

### **Abstract**

The article undertakes a partial yet critical review of recent analyses regarding the government of Jair Bolsonaro and the so-called 'bolsonarismo' within the Brazilian social sciences. With this purpose, it places into dialogue analyses of the current Brazilian political situation that make use of the ideas of (neo)fascism, totalitarian neoliberalism, neo-backwardness and strategies of war, occupation and utilization of chaos as method of ruling. By means of the critical review of the literature, the article also aims at discussing a number of social tendencies in the Brazilian socio-political scenario and their connections to the global context. In its conclusion, the article points out advantages and limits of the approaches discussed, arguing that, the more the debate on 'bolsonarismo' in the Brazilian social sciences succeeds in comprehending the specificities of the Brazilian situation while also taking into account its connections with the course of contemporary world, the more consistent their account of the historical present becomes.

**Keywords:** authoritarianism; neofascism; war; neoliberalism; Brazil.